Comissão aprova embaixadores para o Chipre e a Sérvia

Em sua primeira reunião após o período de campanha eleitoral, Comissão de Relações Exteriores aprova duas indicações presidenciais. 3

www.senado.gov.br/jornal

Eduardo Azeredo, entre os candidatos a embaixador no Chipre, Dante Coelho de Lima (E), e na Sérvia, Alexandre Addor Neto



ORNAL DO SENADO

Ano XVI – N° 3.323 – Brasília, quinta-feira, 7 de outubro de 2010



Alvaro Dias e
Demóstenes Torres
(D), diante da sala
da CCJ praticamente
vazia. ACM Júnior (E)
aguarda a chegada de
outros senadores

Votação de requerimentos polêmicos é adiada na CCJ

Presidente da comissão critica postura de senadores da base aliada por faltarem à reunião, cancelada por falta de quórum, mesmo após compromisso de não votar pedidos de convocação de Dilma Rousseff e Erenice Guerra

presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres, criticou os senadores governistas por terem negado quórum para a reunião da comissão, marcada para ontem.

Ele disse que já havia se comprometido a não colocar em discussão os requerimentos do senador Alvaro Dias que convocam as ex-ministras Dilma Rousseff e Erenice Guerra para falar

sobre as denúncias de tráfico de influência na Casa Civil da Presidência da República. Eduardo Suplicy admitiu que a orientação partiu do governo. **3**

CCT: falta de consenso adia decisão sobre mudança em regra eleitoral 3

Senado e Câmara dos Deputados comemoram mês do servidor 2



Geraldo Mesquita Júnior acredita ter havido tentativa de manipulação



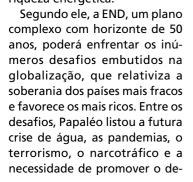
Roberto Cavalcanti defende punição dos institutos pela Justiça Eleitoral

Senadores criticam erros cometidos por institutos de pesquisa eleitoral

Além de denunciar manipulação, senadores consideram excessiva uma divergência de dez pontos percentuais entre pesquisa e voto. 4 Para senador, plano permitirá que o país enfrente os inúmeros desafios embutidos na globalização e as ameaças do futuro, como falta d'água, pandemias e terrorismo

Papaléo apoia Estratégia de Defesa da Amazônia

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) afirmou ontem ser fundamental a implementação da Estratégia Nacional de Defesa (END) da Amazônia. Para ele, a medida permitiria fomentar o desenvolvimento da região, afastando assim a cobiça internacional sobre sua biodiversidade, recursos minerais e hídricos, assim como a riqueza energética.





Senador enumerou riquezas naturais do Amapá

senvolvimento sustentável. Para o senador, esses ingredientes são fontes potenciais de conflitos aos quais é preciso estar atento.

Importância

O parlamentar destacou que o Amapá foi disputado por franceses, ingleses, holandeses e portugueses e tornou-se brasileiro "por idealismo e patriotismo" dos amapaenses. Sua posição privilegiada, junto à foz do rio Amazonas, com fartos recursos minerais e proximidade marítima do Caribe, faz com que o estado, avalia o senador, possa desempenhar papel importante na defesa da Amazônia e da integração sul-americana.

- Esses motivos fazem do Amapá um ator muito importante no contexto amazônico, do ponto de vista da Estratégia Nacional de Defesa, que tem duas vertentes: a do desenvolvimento e a da defesa – observou.

Para garantir maior geração de emprego e renda, Papaléo pediu apoio para dois projetos de sua autoria: o PLS 111/05, que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana; e o PLS 348/04, que concede aos bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

Augusto cobra promessa de assistência a reserva indígena

nascente do rio Branco e próximo a ela fundaram o Forte São Joaquim, onde defenderam a posse da terra de diversas invasões estrangeiras.

Augusto Botelho comemora 22 anos do estado de Roraima

Augusto Botelho (sem partido-RR) comemorou ontem em Plenário os 22 anos da ascensão do ex-território de Roraima à condição de estado, por ocasião da promulgação da Constituição federal em 1988.

Roraima surgiu como Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1848. Em 1943, com o desmembramento do município do estado do Amazonas, foi criado o território federal de Rio Branco, depois denominado Roraima e reconhecido como estado pela Constituição de 1988.

Conforme o senador, durante a ditadura militar o governo investiu no estado, dando a infraestrutura mínima, a partir da criação da BR-174. Augusto também cobrou o cumprimento da promessa governamental de assistência aos índios da Reserva Raposa do Sol, onde houve quebra da produção de gado

No início da colonização da região, recordou o parlamentar, os portugueses descobriram a

Belini Meurer substituiu Ideli

contou com a participação de representantes do governo e de

Senado e Câmara promovem atividade no mês do servidor

O Senado Federal, por meio da Secretaria de Recursos Humanos (SERH), programou juntamente com a Câmara dos Deputados uma série de atividades para comemorar o mês do servidor público.

A programação será aberta hoje, às 14h, com o lançamento do Programa de Preparação para Aposentadoria – caminhos para a aposentadoria, no Auditório Petrônio Portella, Logo em seguida, às 15h, o geriatra

Renato Maia fará uma palestra sobre o tema "Decida você como e quando viver".

No dia 18, o professor de Educação Física e preparador físico Nuno Cobra fará palestra sobre qualidade de vida e motivação. No dia 25, Waldez Luiz Ludwig abordará o tema "Mudança organizacional".

A série de atividades, que incluem ainda oficinas e shows, se encerrará no dia 28, quando se comemora o Dia do Servidor.

Diretor-geral faz esclarecimento sobre reportagem da Folha

O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, divulgou nota na tarde de ontem em que presta esclarecimentos sobre reportagem publicada pelo

Veja a íntegra da nota:

"Com relação à matéria 'Senado paga R\$ 157,7 mi ilegalmente, afirma TCU', veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo na edição de hoje, 6 de outubro, a Direção-Geral faz os seguintes escla-

I) A auditoria em questão foi solicitada ao TCU diretamente pelo presidente da Casa, senador José Sarney, por meio do Ato do Presidente 244, de 2009. publicado no Boletim Administrativo de Pessoal 4.239, de 2 de julho de 2009. O ato tem a seguinte redação: 'Solicitar ao Tribunal de Contas da União que, na forma do Inciso I, art. 38 da Lei 8.443, de 16 de julho de 2002, realize auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos contratos

jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de ontem, sob o título "Senado paga R\$ 157,7 mi ilegalmente, afirma TCU".

do Senado Federal, bem como na folha de pagamentos desta Casa Legislativa, inclusive dos estagiários.'

2) A atual administração, que assumiu no dia 23 de junho de 2009, colaborou plenamente com a equipe técnica do TCU responsável pelas auditorias, tendo participado de diversas reuniões e enviado dezenas de relatórios e pareceres àquele tribunal, tanto no segundo semestre de 2009 quanto no primeiro semestre do corrente ano.

3) Todas as irregularidades que eventualmente o TCU venha a detectar serão imediatamente sanadas e as responsabilidades, apuradas.

Brasília, 6 de junho de 2010 Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal"

Meurer despede-se do mandato com trabalho pela educação

Em discurso no Plenário, o senador Belini Meurer (PT-SC) despediu-se do mandato parlamentar que exerceu por apenas três meses como suplente de Ideli Salvatti, que retorna ao cargo após perder as eleições para o governo de Santa Catarina.

Professor universitário em Joinville, Belini Meurer disse que em seu curto mandato procurou debater a regulamentação das chamadas universidades comunitárias; as alterações que devem ser promovidas na grade curricular das escolas e instituições de ensino superior; e a urgência da formação qualificada dos docentes em todas

No início de setembro, por sugestão de Belini Meurer, a atuação das universidades comunitárias foi debatida em audiência pública realizada na Comissão de Educação (CE), que

Salvatti por apenas três meses

entidades do setor.

genda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

PEC sobre a Caatinga na ordem do dia

A sessão do Plenário é deliberativa. Na ordem do dia, os senadores analisam proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Institucional Projeto Senado Inclusivo

O projeto Senado Inclusivo, em parceria com o Centro Brasileiro da Visão, promove até amanhã, das 9h às 17h, a 2ª Campanha de Prevenção ao Glaucoma, disponibilizando exames gratuitos.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no Jornal do Senado pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/ sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes 2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327 Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Silvia Gomide Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Roberto Cavalcanti

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Morais, Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Embaixadores para Chipre e Sérvia aprovados em comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem duas indicações presidenciais para cargos de embaixador. O diplomata Dante Coelho de Lima teve seu nome aprovado para embaixador no Chipre, e Alexandre Addor Neto, para a República da Sérvia. O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), encaminhará as indicações agora ao Plenário.

Atual embaixador na Sérvia, Coelho de Lima será o primeiro embaixador residente brasileiro em Nicósia, capital do Chipre. Ele observou que até hoje mais de 30% do território cipriota permanece ocupado por forças turcas, que invadiram o norte do país em 1974 e estabeleceram ali uma república só reconhecida pela Turquia.

O embaixador reiterou a posição brasileira "contrária a soluções unilaterais" e admitiu que as negociações do Chipre com a Turquia serão difíceis, pois envolvem propriedades tomadas pelos turcos após a invasão. Ele informou ainda que se empenhará para montar uma "estrutura adequada para aumentar o

perfil" das relações bilaterais, com ênfase na ampliação do comércio e na cooperação no setor de produção de energias renováveis.

A Sérvia também enfrenta problemas territoriais, como observou Addor ao mencionar que mais de 20 países da União Europeia já reconheceram a independência da província de Kosovo, habitada por uma população majoritariamente de origem albanesa. Ele recordou, porém, que o Brasil não reconhece a independência da província.

As relações comerciais entre os dois países, porém, ainda são muito modestas. Como ressaltou o embaixador, as trocas com a Sérvia representam apenas um milésimo do total do comércio exterior brasileiro.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) demonstrou preocupação com a possibilidade de novas tensões políticas na região dos Bálcãs. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou as experiências de autogestão nas empresas da antiga lugoslávia, na região atualmente ocupada pela Sérvia e por outras nações, como a Croácia e a Bósnia.



Dante Coelho de Lima, que deve ser embaixador no Chipre, e Eduardo Azeredo

Presidente da comissão diz que governo negou quórum mesmo depois da promessa de que requerimentos convocando Dilma Rousseff e Erenice Guerra não seriam votados



Demóstenes (E) lamentou a obstrução dos aliados do governo, já que requerimentos de Alvaro Dias não estariam na pauta

Governistas não aparecem e reunião da CCJ é cancelada

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demóstenes Torres (DEM-GO), não conseguiu abrir a reunião marcada para ontem de manhã porque faltou quórum. Segundo ele, o governo "boicotou" a reunião para evitar a votação de requerimentos com a convocação das ex-ministras da Casa Civil Dilma Rousseff e Erenice Guerra para esclarecer as denúncias de tráfico de influência. Os requerimentos são do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Demóstenes lamentou a obstrução dos aliados do governo. Apesar de os trabalhos na Casa ainda não estarem plenamente normalizados após as eleições, ele observou que havia boa quantidade de senadores na Casa. Como prova, lembrou que outra comissão – a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) – chegou a ter número suficiente para votações nominais.

– É direito do governo, muito

bem. Mas nós temos diversas matérias importantes para votar – protestou.

Para a abertura da reunião, seriam necessários pelo menos 12 senadores e a oposição já contava com oito assinaturas no livro de presença. O presidente da CCJ disse que, para garantir a presença dos governistas, chegou a propor acordo que envolvia o adiamento do exame dos requerimentos.

Com mais de 80 projetos, a pauta incluía matérias que "estão sendo cobradas pela sociedade", conforme o senador. Ele citou a proposta que prevê a ampliação da pena máxima de prisão, dos atuais 30 para 40 anos. Como disse, o tempo máximo atual é "ridículo", tendo sido adotado quando a expectativa de vida do brasileiro não passava de 45 anos.

Outra exigência seria a ampliação do tempo mínimo de reclusão para progressão de regime para crimes graves, de um sexto para, no mínimo, dois quintos da pena.

– Dei a palavra para que, se houvesse quórum, deixássemos os requerimentos para outro momento, até para depois das eleições. Ainda assim, desconfiados, eles [os governistas] não quiseram comparecer – disse.

Orientação

O vice-líder do PT, Eduardo Suplicy (SP), admitiu aos jornalistas que partiu da Casa Civil orientação para que os integrantes da base governista se ausentassem da reunião.

No entanto, o senador fez questão de esclarecer que o comando não foi dado pelo atual ministro-chefe da pasta, Alexandre Padilha. Também aproveitou para dizer que defenderá junto ao ministro maior diálogo com o Senado, para facilitar que integrantes do governo venham à Casa esclarecer questões que sejam demandadas por seus integrantes.

Após licença, Neuto De Conto reassume CDR

O senador Neuto De Conto (PMDB-SC) foi reconduzido ontem à presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele havia se licenciado do Senado por 60 dias e, para retomar a função, precisou se submeter a novo processo de votação.

Eleito por unanimidade, Neuto De Conto agradeceu a confiança dos colegas e defendeu a permanência da CDR no quadro de comissões técnicas do Senado. Projeto de resolução sobre o novo Regimento Interno da Casa prevê a extinção da comissão

– Continuarei com a mesma dedicação e vontade de incentivar o desenvolvimento do turismo no país – comentou Neuto De Conto.

Embora não tenha marcado a data da próxima reunião da CDR, o senador convidou os membros da comissão a participarem, no próximo dia 20, do 38° Congresso Brasileiro de Agentes de Viagem, a se realizar no Rio de Janeiro.

Adiada decisão sobre mudança na lei eleitoral

Por falta de consenso, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) adiou as decisões sobre o projeto de lei que altera as regras para as campanhas eleitorais e sobre a proposta de criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o texto que muda a legislação eleitoral (PLS 93/10) foi retirado da pauta da reunião de ontem, a pedido do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele disse ter recebido sugestões de

senadores, entre eles Marisa Serrano (PSDB-MS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), quanto às propostas de alteração no código eleitoral. Explicou que gostaria de examiná-las antes de apresentar seu voto.

O projeto recupera propostas de mudanças consensuais no Senado, mas que não foram incorporadas pela Câmara dos Deputados quando da aprovação da chamada minirreforma eleitoral, que resultou na Lei 12.034/09.

Já o adiamento da votação do projeto que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos foi motivado por pedido de vista de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Ele questiona medida contida no projeto que obriga emissoras públicas e privadas de rádio e TV a exibir fotos e informações sobre me-

nores desaparecidos. O texto (PLS 211/04), de autoria da ex-senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), foi relatado por Papaléo Paes, que apresentou substitutivo.

Autorizações

Na mesma reunião, a CCT aprovou 37 projetos de autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. Pedido de vista de Roberto Cavalcanti (PRB-PB) retirou da pauta dois outros projetos, de interesse da Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Paulista (PE) e da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão (TO). Roberto Cavalcanti questionou possível uso comercial das emissoras, concedidas para fins de comunicação comunitária.

Relatório mundial de ciências será tema de debate

A CCT debaterá o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em audiência pública marcada para 10 de novembro, Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

O relatório é elaborado pela Unesco a cada cinco anos e será publicado nessa data. Ele apresenta uma análise global sobre o setor de ciências e, nesta edição, o Brasil é o único país da América Latina a ter um capítulo exclusivo.

Os dois cientistas que colaboraram na redação do capítulo – Carlos Henrique de Brito Cruz, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Hernan Chaimovich Guralnik, da Universidade de São Paulo (USP) – serão convidados a participar do debate promovido pela CCT.



Roberto Cavalcanti (D), ao lado de Flexa Ribeiro: vista de dois pedidos de concessão

Alô Senado 0800 61-2211 www.senado.gov.br/jornal

Valadares diz que vai lutar por novas reformas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) agradeceu à população sergipana pelos mais de 476 mil votos que o elegeram para o terceiro mandato consecutivo como senador. Apesar de a campanha eleitoral ter sido acirrada e disputada, o senador afirmou ter agido de maneira limpa e responsável para com o eleitorado e demais candidatos.

– Sou o único senador sergipano que elegeu-se por três vezes seguidas, pela vontade livre, soberana e consciente do povo, a quem agradeço. Tenho me devotado de corpo e alma à melhoria das condições de vida do povo brasileiro e, especialmente, do povo sergipano, do povo nordestino – declarou Valadares.

O senador informou ter firmado vários compromissos com seus eleitores, entre eles o empenho para a aprovação de mudanças necessárias para o país, como as reformas tributária, política e eleitoral.



Valadares conquistou o terceiro mandato consecutivo de senador

Suplicy espera implantação da Renda Básica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem sua expectativa de que o programa Bolsa Família, um dos responsáveis pela boa avaliação do governo Lula, evolua na direção da Renda Básica de Cidadania. Ele informou que a Assembleia Nacional do Irã aprovou um programa semelhante ao de renda básica, implantado em seis províncias desde 21 de setembro e com previsão de se estender por todo o país a partir de 23 de outubro.

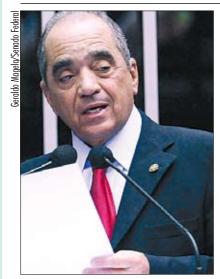
 O Irã passou à nossa frente – afirmou o parlamentar, explicando que, inicialmente, serão pagos US\$ 15 ao mês para cada um dos 70 milhões de iranianos.

Suplicy disse que, apesar de aprovada desde 2004, para implantação gradual, a Renda Básica de Cidadania ainda não foi adotada pelo governo brasileiro. Um projeto de sua autoria transformou-se na Lei 10.835/04, instituindo o programa.



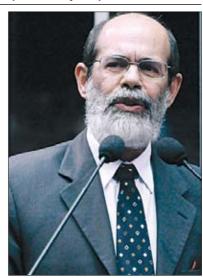
Eduardo Suplicy diz que Irã já implantou programa semelhante

"Por que institutos podem errar ano após ano e continuar oferecendo seus dados ao público?", questiona Cavalcanti ao justificar que as empresas sejam punidas



Roberto Cavalcanti defende que a Justiça Eleitoral puna os institutos de pesquisa por erros cometidos

> Geraldo Mesquita Júnior considera que houve tentativas de manipular a vontade do eleitor em favor do governo federal



Senadores apontam erro e manipulação de pesquisas

DEPOIS DE AFIRMAR que houve erros superiores a dez pontos percentuais nas pesquisas eleitorais do último domingo, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu que as empresas responsáveis por elas sofram algum tipo de punição da Justiça. Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou o que considera uma tentativa de manipulação da opinião pública pelos institutos

de pesquisa e pelo governo federal durante a campanha.

Para Cavalcanti, é inaceitável que essas empresas "ganhem milhões de reais, errem e tudo fique por isso mesmo". Segundo ele, os "enormes erros" das empresas enga-

nam o eleitor, que é induzido a errar; a imprensa, que faz a divulgação; e os próprios candidatos, que agem de acordo com os resultados, afirmou.

– Quando um juiz de futebol começa a errar, logo ele é afastado. Por que institutos podem errar ano após ano e continuar oferecendo seus dados ao público? No meu estado, a Paraíba, o candidato ao Senado que estava em último lugar foi o eleito.

Como isso pode acontecer?

Mesquita Júnior, por sua vez, avaliou que as recentes pesquisas de intenção de voto foram mal elaboradas e tiveram – "felizmente sem sucesso" – o objetivo de influenciar a população brasileira em favor de candidatos governistas.

 Como já vem acontecendo nos últimos processos eleitorais, a população de meu estado mostrou, e isso é um exemplo

Mesquita Júnior

em favor de

candidatos

governistas

diz que pesquisas

foram manipuladas

para o país, que também exercitou a prática de dar valor aos seus ouvidos, ou seja, não deu ouvidos, não se deixou influenciar por pesquisas tendenciosas, por pesquisas compradas e encomendadas – disse.

Geraldo Mesquita Júnior também acusou o presidente Lula de fazer propaganda extemporânea, por ter realizado, na segunda-feira, reunião política no Palácio da Alvorada, antes de o Tribunal Superior Eleitoral ter autorizado o início da campanha para o segundo turno.

Sucesso brasileiro

Roberto Cavalcanti também enalteceu empresas brasilei-

ras que vêm obtendo sucesso no exterior, citando a Vale e a Petrobras. Disse que o último caso coube a um grupo de investidores brasileiros reunidos na 3G Capital, que comprou o controle da rede norte-americana de *fast food* Burger King.

Por trás do sucesso de empresas brasileiras no exterior, na avaliação do senador, "há uma política de Estado bem definida para esse fim" executada pelo governo Lula.

O BNDES, ressaltou Cavalcanti, dispõe inclusive de uma linha de crédito específica para a internacionalização de empresas brasileiras, "com resultados já bastante significativos". Registrou ainda que, em setembro, a GE americana anunciou que investirá cerca de R\$ 200 milhões em um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no Brasil.

A decisão é bastante emblemática: já não somos mais apenas importadores ou meros montadores dos produtos eletrônicos mais modernos.
 Temos, agora, a necessidade e a condição de desenvolvê-los conjuntamente – afirmou o senador, que recebeu o apoio de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Neuto De Conto comemora vitória de sua coligação

Neuto De Conto (PMDB-SC) destacou os bons resultados obtidos pela coligação "As pessoas em primeiro lugar", formada por DEM, PMDB, PSDB, PPS, PTB, PSL, PSC, PTC e PRP nas eleições em Santa Catarina. O senador comemorou a eleição, no primeiro turno, de Raimundo Colombo (DEM) para o governo do estado e a conquista das duas cadeiras no Senado por Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e Paulo Bauer (PSDB).

Para Neuto De Conto, as vitórias conquistadas por essa coligação se devem ao bom desempenho que Luiz Henrique da Silveira teve à frente do governo de Santa Catarina nos últimos oito anos.

O senador também anunciou que apresentará um projeto de lei complementar para excluir da lista de itens tributados pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) os serviços de registros públicos, cartoriais e notariais.



Neuto De Conto: desempenho se deve ao governo de Luiz Henrique

Jefferson Praia agradece votação no Amazonas

Jefferson Praia (PDT-AM) agradeceu ontem ao povo do Amazonas a votação que recebeu para o Senado e a todos que o apoiaram, especialmente o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), candidato ao governo pela coligação "O Amazonas melhor para todos", formada por PDT, PR, PT, PSL, PSDC, PSB e PTdoB.

Jefferson Praia obteve 243.298 votos (8,27% do total), mas não conseguiu se eleger. Ele agradeceu aos colegas do Senado, que lhe deram forças para que pudesse representar o seu estado.

– Cheguei a esta Casa há dois anos e alguns meses para suceder um dos maiores políticos que o Senado já teve, o saudoso Jefferson Péres. Agradeço em especial aos senadores Mão Santa, Cristovam Buarque e Pedro Simon por permitirem que utilizasse depoimentos seus a meu respeito nesta Casa – disse.



Jefferson Praia também agradeceu incentivo dos colegas de Plenário

Acir Gurgacz elogia voto consciente em Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que a campanha em seu estado foi caracterizada pelo "voto consciente", envolvendo toda a sociedade local. Ele afirmou que a campanha em todo o país surtiu efeito positivo, mas frisou que ainda há um longo caminho a trilhar para consolidar a democracia.

Gurgacz lembrou que tem defendido soluções que combinem desenvolvimento e respeito à natureza e destacou sua proposta de observância dos limites de exploração da terra vigentes na época em que os colonizadores foram para Rondônia. Segundo ele, isso seria uma forma de garantir o emprego no campo dentro de níveis toleráveis de

desmatamento. O senador também disse ter buscado obter estímulos à produção do campo para beneficiar os pequenos agricultores.

- Procuro incentivar e valorizar o homem do campo porque Rondônia, apesar do que muitos possam pensar, sofre bastante com o inchaço das cidades, das zonas urbanas. A falta de planejamento de governos anteriores empobreceu muito a zona rural e levou muita gente para as cidades, em busca de uma vida melhor. Precisamos hoje refrear e, se possível, tentar reverter esse movimento social, humano – afirmou

O senador salientou as obras do rio Madeira, que mudaram



Segundo Gurgacz, é preciso pensar soluções novas de desenvolvimento

o perfil da capital, Porto Velho, mas lamentou que não haja a preocupação de criar formas de desenvolvimento independente, autônomo e sustentado para o dia em que essas obras terminarem e houver uma redução drástica da oferta local de mão de obra.

Alô Senado 0800 61-2211

www.senado.gov.br/jornal